



Notas sobre a personalidade narcísica em Theodor W. Adorno

Notes on the Narcissistic Personality in Theodor W. Adorno

Ivan Duarte Brochado

Cristiane Souza Borzuk

Universidade Federal de Jataí (UFJ)

Jataí – Brasil

Nivaldo Alexandre de Freitas

Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)

Rondonópolis – Brasil

Resumo

O artigo analisa a atualidade da teoria adorniana sobre a personalidade autoritária, articulando-a à emergência da personalidade narcísica como forma subjetiva própria da sociedade administrada. Examina como o enfraquecimento das figuras de autoridade e a interiorização da dominação convertem a obediência em identificação com o poder e o supereu, em exigência de desempenho. O narcisismo é compreendido como expressão da regressão individual e da perda da experiência interior, em um contexto de racionalidade instrumental e cultura de massa. O estudo propõe que a superação desse quadro depende de uma educação voltada à formação crítica e à restituição da experiência como mediação entre indivíduo e sociedade.

Palavras-chave: Personalidade; Autoritarismo; Narcisismo.

Abstract

The article analyzes the relevance of Adorno's theory on the authoritarian personality, linking it to the emergence of the narcissistic personality as a subjective form characteristic of the administered society. It examines how the weakening of authority figures and the internalization of domination convert obedience into identification with power and the superego into a demand for performance. Narcissism is understood as an expression of individual regression and the loss of inner experience, within a context of instrumental rationality and mass culture. The study proposes that overcoming this scenario depends on an education focused on critical formation and the restoration of experience as a mediation between individual and society.

Keywords: Personality; Authoritarianism; Narcissism.

Introdução

A psicanálise ofereceu contribuições decisivas para compreender a relação entre família e sociedade, ao demonstrar que a formação individual se dá mediada pelas estruturas sociais. Longe de ser um núcleo isolado, a família reproduz as tensões e contradições que atravessam a totalidade social. Contudo, na sociedade tecno-burocrática, marcada pela erosão das mediações tradicionais, o papel formador da família enfraquece. As instâncias externas — escola, empresa, mídia e instituições de controle — passam a exercer funções antes reservadas à autoridade familiar. Esse deslocamento gera um sujeito para cuja agressividade, antes dirigida às figuras de autoridade, tende a voltar-se contra o próprio eu, configurando novas formas de sofrimento psíquico e de regressão social.

Ao analisar os resultados da pesquisa sobre a personalidade autoritária, Adorno (2019) indicou que a crise da autoridade familiar não elimina os mecanismos psíquicos de submissão e dominação, mas os desloca. A dissolução das hierarquias tradicionais enfraquece a formação da consciência moral e dá lugar a um tipo de personalidade que já não encontra um agente externo contra o qual se afirmar. Essa estrutura subjetiva, voltada sobre si mesma, é o que se pode denominar de personalidade narcísica, forma psíquica característica da sociedade administrada, em que a energia de resistência se converte em autodestruição.

O presente artigo propõe refletir sobre a atualidade das análises adornianas acerca da formação da personalidade, buscando compreender como a decadência das figuras de autoridade e a intensificação da racionalidade instrumental engendram novas formas de individualidade, cada vez mais frágeis e autocentradass. A hipótese é de que o narcisismo, longe de representar mera exacerbação do eu, expressa a crise da individuação num contexto social em que as mediações simbólicas perdem força e o sujeito se vê compelido a adaptar-se integralmente à ordem vigente.

A relação entre indivíduo e sociedade

A compreensão da relação entre indivíduo e sociedade é central no pensamento de Adorno. Para ele, o indivíduo não é uma substância isolada, mas o resultado das mediações sociais que o constituem. As marcas da subjetividade são, ao mesmo tempo, produtos e sintomas das estruturas sociais que a engendram. Como o próprio autor afirma, “a divergência entre indivíduo e sociedade possui uma origem essencialmente social e deve ser explicada sobretudo socialmente” (Adorno, 2015, p. 81). Assim, indivíduo e sociedade formam

uma unidade contraditória, em que o sujeito se constitui ao mesmo tempo como parte e negação do todo.

Horkheimer e Adorno (1978) sustentam que a sociedade não pode ser compreendida pela simples soma de seus elementos, mas pela interdependência entre eles. Cada indivíduo só existe na medida em que participa do conjunto social, e este, por sua vez, só subsiste pelas funções que as partes exercem. A dialética entre o geral e o particular impede que se pense o indivíduo como entidade autônoma; a sua forma é a mesma da sociedade. Crochík (2008) interpreta essa tese indicando que a sociedade, longe de determinar o sujeito externamente, o faz de modo intrínseco, penetrando sua constituição psíquica.

Com o advento do capitalismo burguês e da ideologia liberal, o indivíduo passou a ser concebido como separado do todo, portador de uma suposta interioridade autônoma. Essa concepção, que sustenta a ideia de propriedade privada e de contrato social, mascara a dependência estrutural que liga cada sujeito às instituições. A reflexão sobre a sociedade, tal como a formulam Horkheimer e Adorno (1978), propõe desfazer essa ilusão, mostrando que as instituições sociais não são dados naturais, mas produtos históricos do trabalho humano, os quais se voltam contra os próprios indivíduos que os criaram. Para os frankfurtianos, a socialização moderna alcança um ponto em que as margens de autonomia se estreitam. À medida que há adensamento da rede de relações sociais, torna-se quase impossível subsistir fora dela. Deste modo, “o que à reflexão filosófica tradicional parecia ser a própria essência do Homem é determinado, em cada uma de suas partes, pela natureza da sociedade e sua dinâmica” (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 40). Assim, segundo os autores, a socialização afeta o indivíduo atribuindo-lhe uma pretensa individualidade, fazendo dele uma parte da totalidade social.

Para Horkheimer e Adorno (1978, p.41), essa “socialização interna” dos indivíduos não ocorrerá sem atritos, mas “[...] lhes apresentará forçosamente, cercada de sacrifícios, que eles não estão dispostos a aceitar nem são capazes disso”. Neste momento, os autores recorrem, novamente, à teoria psicanalítica de Freud, demonstrando que, como as renúncias institucionais são cada vez maiores e não encontram compensação no ego, estas tendem a se rebelar.

A dialética indivíduo/sociedade, portanto, não é unívoca. A socialização produz sujeitos capazes de resistência, ainda que limitada. A individuação só é possível mediante a

tensão com o coletivo, e essa tensão é o lugar possível da crítica. O indivíduo, para Adorno (2015), só realiza plenamente sua humanidade numa sociedade reconciliada, na qual a autonomia não se confunda com adaptação. No capitalismo tardio, entretanto, a adaptação se impõe como condição de sobrevivência, e a promessa de liberdade se converte em conformismo. O resultado é uma forma de subjetividade marcada pela impotência e pela regressão: o terreno propício ao surgimento da personalidade narcísica.

A família e o declínio do processo de identificação

Um elemento fundamental para se pensar as tendências de proliferação da personalidade narcísica no mundo administrado é o papel que a família passa a ter na formação humana.

De acordo com a teoria freudiana, a família desempenha um papel fundamental na constituição do eu e do supereu. No entanto, transformações socioeconômicas que afetaram funções familiares tradicionais, como a socialização, enfraqueceram a mediação que a família realizava entre a totalidade social e a subjetividade. Como consequência, observa-se uma má formação do eu, característica da personalidade narcísica (Cochik, 1990).

Horkheimer e Adorno (1978) reconhecem na psicanálise uma contribuição decisiva para a compreensão das relações entre família e sociedade, especialmente ao destacar o papel da família na formação dos indivíduos e dos grupos. Para os autores, Freud pôde perceber a família como uma instituição socialmente definida, mas igualmente formativa da estrutura da personalidade:

[...] o que importa, neste caso, não é tanto a especulação de Freud sobre a sociedade primeva, mas a visão que se obteve da família como lugar socialmente definido, no qual se forma a estrutura da personalidade que, por sua vez, tornar-se-á socialmente relevante (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 136).

Marcuse (1975) argumenta que a dinâmica das transformações na estrutura econômica impactou diretamente a organização familiar, resultando em alterações nos modos de socialização e, por conseguinte, na própria estruturação psíquica dos sujeitos. Tal perspectiva se alinha à compreensão de Horkheimer e Adorno (1978, p. 133) de que a família, em sua essência mais íntima, encontra-se “socialmente mediatizada” e é inherentemente dependente das “sucessivas concretizações históricas” da realidade social.

O processo de identificação, outrora realizado por meio do conflito pai-filho, perde força, o que enfraquece o papel social da família. Anteriormente, era a família que “criava e

educava o indivíduo; e as normas e valores dominantes eram transmitidos pessoalmente, transformados através do destino pessoal” (Marcuse, 1975, p. 96). Com a erosão da família como instituição protetora e formadora, intensificam-se as forças totalitárias da sociedade, levando os indivíduos a buscarem em outros microgrupos, substitutos da família, a proteção que lhes falta.

Na sociedade burguesa, a família passa por um processo de estranhamento, pois preserva elementos feudais baseados em laços de “sangue” em um contexto que se pretende racional e regido pela lógica da troca. Assim, a família converte-se em um elemento irracional no interior de uma ordem racionalista. É justamente essa contradição que fortaleceu a autoridade irracional exercida pela família, adaptando os indivíduos à sociedade emergente. Por meio desse elemento irracional, os homens reproduzem sua força de trabalho e sua existência em uma sociedade na qual não controlam os meios de produção. A família assume, assim, a antiga autoridade do senhor feudal: “só a família podia causar nos indivíduos uma identificação com a autoridade, idealizada como ética do trabalho, que substituiu funcionalmente o domínio imediato do senhor sobre os servos da época medieval” (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 137).

Desse modo, a família burguesa preparou os indivíduos para o trabalho assalariado, ensinando-lhes a submeter-se a uma autoridade irracional para obter reconhecimento e evitar o fracasso, segundo o ideal burguês. A submissão ao poder paternal irracional era o meio pelo qual a criança aprendia a relação burguesa de autoridade, internalizando-a não apenas no âmbito familiar, mas também em outras esferas sociais (Horkheimer; Adorno, 1978).

A família atua, portanto, como agente da sociedade, formando indivíduos adaptados a cumprir tarefas em grande parte iracionais, racionalizando, assim, a força irracional que a sustenta. Ela reflete uma sociedade que, aparentemente regida pela razão, é dominada por relações desprovidas de liberdade racional. Essa função familiar se intensificava na medida em que as pressões econômicas também submetiam o pai a um trabalho irracional (Horkheimer; Adorno, 1978).

As contradições inerentes à família, conforme analisadas por Horkheimer e Adorno (1978), mostram que antagonismos estiveram presentes desde sua fundação, reunindo “indissoluvelmente elementos racionais e iracionais” (p. 139). A mesma estrutura social que permitiu o surgimento da família burguesa ameaça constantemente sua existência. A família,

como mediação entre o individual e o social, tende a ser anulada: “tal como ocorre em todas as formas de mediação entre a individualidade biológica e a totalidade social, a família, em seu conteúdo substancial, é anulada pela sociedade” (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 140).

Na atual organização social, a família perde grande parte de sua capacidade de assegurar proteção e formação. Nem mesmo a função de garantir a propriedade por meio da herança ela consegue cumprir plenamente. Outrora justificada pela proteção e conforto que oferecia, a autoridade familiar vê-se fragilizada:

[...] enquanto a família assegurou proteção e conforto aos seus membros, a autoridade familiar encontrou uma justificação. Mais do que isso, a propriedade hereditária constituía, por si só, um sólido motivo de obediência por parte dos herdeiros (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 140).

A partir do capitalismo monopolista, o indivíduo passa a ser socializado diretamente pelo meio social, por meio de agentes e agências extrafamiliares (Marcuse, 1975). A mídia e seus especialistas transmitem valores com os quais a família não consegue competir. O pai, figura central no complexo de Édipo, torna-se frágil e perde influência na formação do supereu. A autoridade familiar em relação ao tabu sexual também se enfraquece, uma vez que a família já não garante a sobrevivência material, nem protege suficientemente o indivíduo contra as pressões externas (Horkheimer; Adorno, 1978).

Para a teoria freudiana, a autoridade familiar em relação aos tabus sexuais é um momento decisivo na formação do sujeito. Com a incapacidade da família de exercer interdições, estas são substituídas por formas mais autoritárias de controle. A sociedade atual, ao destituir a família de seu papel formador, não é capaz de substituí-la adequadamente.

A decadência histórica da família agrava o perigo do domínio totalitário que, por sua vez, tem raízes nas mesmas tendências econômicas que a destroem. A estrutura inconsciente, compreendida como formação social, também se modifica: “[...] é difícil duvidar de que o inconsciente infantil reaja a tais modificações e de que a vida emocional dos filhos não sofra um congelamento, na atmosfera fria da família” (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 142-143).

Com o enfraquecimento da função social da família, o supereu é malformado, e o ódio, antes dirigido aos pais e depois dissolvido nas instituições, fica sem objeto fixo (Cochík, 1990). Em uma sociedade com controle administrativo racionalizado e poder difuso, os

impulsos agressivos não encontram alvo, voltando-se contra o próprio eu (Marcuse, 1975). O indivíduo, com sua intimidade abolida e emoções integradas ao conformismo, não dispõe de espaço psíquico para desenvolver uma consciência autônoma, fragmentando-se.

Na ausência de modelos familiares sólidos, os indivíduos buscam refúgio em poderes coletivos, como a escola, o time esportivo, o clube ou o Estado, submetendo-se a qualquer autoridade que ofereça proteção, satisfação narcísica e vantagens materiais (Horkheimer; Adorno, 1978). Os meios de comunicação, por meio de seus especialistas, ditam os modelos a serem seguidos, promovendo valores como eficiência, dureza e personalidade (Marcuse, 1975).

Assim, a criança imita modelos existentes e adapta-se às expectativas do meio, sem constituir uma identidade própria, que antes se formava na contraposição com a família e instituições fortes. Como destaca Crochík (1990), a identidade do indivíduo passa a ser definida mais pelo consumo do que pela produção, reforçada pela mídia, que estabelece paralelos entre o consumo e o ideal do eu. Dessa forma, “[...] as pessoas se representam por produtos culturais, que constituem clichês do pensar e comportar adequados” (Crochík, 1990, p. 152). O indivíduo apropria-se de instrumentos culturais que, paradoxalmente, o afastam da possibilidade de diminuir o sofrimento humano (Crochík, 2011).

Assim, percebe-se que a crise da família como âmbito de formação e a intensa pressão da sociedade administrada, com seus modelos prontos e ditados pelo consumo, fragilizam a constituição do eu, fornecendo meios para a emergência da personalidade narcísica. Essa transformação na estrutura da subjetividade, em que a identidade é cada vez mais definida pela conformidade e pelo ideal do eu pautado em clichês culturais remete diretamente à preocupação central de Adorno com a relação entre indivíduo e sociedade, particularmente no contexto da dominação social. Para compreender esse novo tipo subjetivo é preciso revisitar os pressupostos teóricos que guiaram a análise adorniana sobre as formas de subjetividade adaptadas, notadamente aquelas desenvolvidas nos Estudos sobre a personalidade autoritária, em que se define a personalidade como uma complexa organização de forças internas.

Estudos sobre a personalidade autoritária

Na introdução do texto *Estudos sobre a personalidade autoritária*, derivado da pesquisa realizada em conjunto com outros autores em 1950, nos Estados Unidos, Adorno (2019)

esclarece qual a concepção de personalidade a que se filia. Ele diz que “de acordo com a teoria que guia a presente pesquisa, a personalidade é uma organização de forças mais ou menos duradoura no interior do indivíduo” (Adorno, 2019, p. 78). Para o autor, essas forças auxiliam na determinação de algumas respostas em várias situações, sendo atribuídas, em grande medida, à constância de comportamentos, tanto verbais como físicos. Essas forças não são respostas, mas presteza para as respostas. Se essas forças irão produzir ou não alguma resposta depende de outras forças que se colocam em oposição a ela. Além disso, personalidade e comportamento são conceitos distintos, uma vez que “[...] o comportamento, mesmo quando consistente, não é a mesma coisa que a personalidade; a personalidade permanece por detrás do comportamento e dentro do indivíduo” (Adorno, 2019, p. 78-79).

A hipótese defendida por Adorno (2019, p. 71) nos *Estudos sobre a personalidade autoritária* é a de que “as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidas por uma ‘mentalidade’ ou por um ‘espírito’, e que esse padrão é uma expressão de tendências profundas em sua personalidade”.

Para explicar o que são essas forças e como elas se organizam no interior de cada indivíduo, Adorno (2019) recorre à teoria freudiana sobre personalidade. Segundo o autor, as forças de personalidade são compostas primeiramente por necessidades: pulsões, desejos, impulsos emocionais. Essas forças se diferenciam de um indivíduo para outro em intensidade, qualidade, objetos em que são fixadas e como interagem com outros objetos e padrões tanto conflitivos como harmônicos.

As necessidades podem ser de diversos tipos, como, por exemplo: “há necessidades emocionais primitivas, há necessidades de se evitar a punição e conservar a boa vontade do grupo social, há necessidades de se manter a harmonia e a integração dentro de si (self)” (Adorno, 2019, p. 79). Segundo o entendimento de que as opiniões, atitudes e valores dependem de várias necessidades humanas e que a personalidade é uma organização destas, logo “a personalidade pode ser encarada como um determinante de preferências ideológicas” (Adorno, 2019, p. 79). É, portanto, por meio da estrutura de personalidade que Adorno busca encontrar correspondências entre a ideologia e fatores sociológicos no passado do indivíduo que podem continuar ou não operando em seu presente (Adorno, 2019).

A organização de forças da personalidade está relacionada, de uma forma psicologicamente considerável, como uma estrutura dentro do indivíduo. Essa se desenvolve a partir do ambiente social em que o indivíduo está inserido e, por este motivo, não pode ser separada da totalidade social dentro da qual existe. As maiores influências no desenvolvimento da personalidade ocorrem na infância, uma vez que “[...] os efeitos das forças do ambiente na moldagem da personalidade são, em geral, mais profundos quanto mais cedo na vida do indivíduo elas são mobilizadas” (Adorno, 2019, p. 80). Influenciada por fatores sociais e econômicos, a personalidade é uma estrutura individual, produto de um ambiente social. O que significa, segundo Adorno (2019), que mudanças nas condições sociais e nas instituições terão influência direta sobre as categorias da personalidade que se desenvolvem dentro da sociedade.

As necessidades que sempre foram mediadas, hoje se tornaram externas aos seres humanos, e sua satisfação é convertida na conquista daquilo que é imposto pelo jogo da propaganda (Adorno, 2015). Para Crochík (2008, p. 302), o indivíduo se tornou estranho às suas próprias necessidades: “[...] as necessidades são tão alheias aos homens – artificiais e superficiais – que se tornam o oposto de necessidades e por isso são coerentes com essa sociedade, por essa tornar o homem tão supérfluo quanto as mercadorias produzidas”.

Outro fator importante no que diz respeito à adoção de concepções ideológicas pelos indivíduos é o clima de opinião no qual o indivíduo vive. Quando há uma mudança nesse clima, alguns indivíduos se adaptam com maior rapidez e prontidão do que outros. Segundo Adorno (2019, p.77):

[...] se há um aumento marcante de propaganda antidemocrática, devemos esperar que algumas pessoas a aceitem e a repitam imediatamente, que outras o façam quando parecer que ‘todo mundo acredita nela’, enquanto outras nunca aceitarão.

Desta forma, os indivíduos variam em sua suscetibilidade à mudança no clima geral. A prontidão em aceitar e colocar em prática posicionamentos ideológicos depende, em grande medida, da situação do momento, mas os indivíduos diferem a respeito da prontidão a que são levados à ação. Adorno (2019, p. 78) entende que “saber quais tipos e intensidades de crença, atitude e valor provavelmente levam à ação e saber quais forças dentro do indivíduo inibem a ação são temas de maior importância prática”. É no sentido de entender como se organizam esses aspectos que se faz necessária uma teoria da personalidade total.

Adorno (2019, p. 81) ressalta que, apesar de ser um produto do ambiente social do passado, a personalidade não é um objeto do ambiente contemporâneo, “o que se desenvolveu foi uma estrutura dentro do indivíduo, algo que é capaz de uma ação autoiniciada sobre o ambiente social e de uma seleção diante de variados estímulos que se chocam”. Essa estrutura é, apesar de sempre modificável, geralmente muito resistente a mudanças fundamentais. Para o autor, essa compreensão é importante para explicar a constância de comportamentos em situações diversas, para explicar a persistência de tendências ideológicas diante de fatos contraditórios e condições sociais diferentes e para entender como pessoas na mesma situação têm visões diferentes ou conflitantes sobre o mesmo tema social.

Nesse sentido, Adorno (2019) entende que há uma razão dinâmica e social para a persistência na possibilidade de uma abordagem tipológica. Para o autor, “o fato de a sociedade humana ter sido até agora dividida em classes influencia mais do que as relações externas dos homens. As marcas da repressão social são deixadas na alma individual” (Adorno, 2019, p. 521). Haveria razões para investigar tipos psicológicos “[...] porque o mundo em que vivemos é tipificado e ‘produz’ diferentes ‘tipos’ de pessoas”. E apenas identificando esses tipos estereotipados é que se pode “desafiar a tendência perniciosa à classificação e subsunção generalizadas” (Adorno, 2019, p. 522). Desta forma, Adorno e seus colaboradores estabeleceram três critérios para tipologia usada no estudo, sendo eles:

- a. Não queremos classificar os seres humanos por tipos que os dividam estatisticamente de forma nítida, nem por tipos ideais no sentido usual que precisam ser complementados por “misturas”. Nossos tipos são justificados somente se conseguirmos organizar, sob o nome de cada tipo, vários traços e disposições, trazendo-os para um contexto que mostre alguma unidade de significado nesses traços.
- b. Nossa tipologia deve ser uma tipologia crítica no sentido de que comprehenda a tipificação do próprio homem como uma função social. Quanto mais rígido um tipo, mais profundamente ele mostra as marcas dos carimbos sociais.
- c. Os tipos devem ser construídos de tal maneira que possam se tornar pragmaticamente produtivos, quer dizer, que possam ser traduzidos em padrões de defesa relativamente drásticos, organizados de tal maneira que diferenças de uma natureza mais individual desempenhem apenas um papel menor (Adorno, 2019, p. 525-526).

Então, após uma breve exposição dos critérios utilizados para a classificação, Adorno (2019) demonstra quais síndromes foram encontradas durante o estudo, tanto entre altos pontuadores, como entre os baixos pontuadores. Entre os primeiros, as síndromes que se destacaram foram o Ressentimento superficial, o Convencional, o tipo Autoritário, o Rebelde e o Psicopata, o Alucinado e o tipo Manipulador. Já entre os baixos pontuadores, foram encontrados o tipo Rígido, o Manifestante, o Impulsivo, o Tranquilo e o Liberal genuíno.

Da personalidade autoritária à personalidade narcísica

Os estudos sobre a personalidade autoritária buscavam compreender as disposições subjetivas que predispõem indivíduos a aderir a ideologias fascistas. Mais do que descrever tipos psicológicos, o estudo analisou a articulação entre fatores sociais e estruturas psíquicas, revelando como a dominação objetiva encontra sustentação nas formações subjetivas. Adorno (2019) define a personalidade como uma organização relativamente estável de forças no interior do indivíduo, que predispõe a respostas específicas em determinadas situações. Essas forças não se reduzem ao comportamento observável, mas constituem tendências profundas, formadas historicamente na relação entre família, sociedade e economia.

A hipótese central da pesquisa é que as convicções políticas e morais não são produtos racionais autônomos, mas expressões de um padrão de estrutura de personalidade. Assim, o autoritarismo não deriva apenas de doutrinas ideológicas, mas de uma disposição psíquica: uma configuração sadomasoquista em que a obediência e a dominação se entrelaçam. O indivíduo autoritário busca simultaneamente submeter-se a figuras de poder e exercê-lo sobre os mais fracos. Essa dialética interna reflete a forma social da hierarquia capitalista, em que a obediência à autoridade é condição de autopreservação.

Entretanto, como observa Crochík et al. (2024), a análise de Adorno e seus colaboradores fornece elementos para distinguir duas configurações distintas dentro do que foi designado genericamente como “personalidade autoritária”. De um lado, o tipo sadomasoquista, caracterizado por um eu relativamente estruturado, capaz de projetar a agressividade sobre objetos externos e de se identificar com a autoridade. De outro, o tipo narcísico, marcado pela fragilidade do eu e pela ausência de um objeto definido para a agressão. Nesse segundo caso, a energia pulsional, não podendo ser dirigida contra o outro, volta-se contra o próprio sujeito, convertendo-se em autodestruição e ressentimento difuso.

Essa distinção é decisiva para compreender a mutação contemporânea das formas de subjetividade. O autoritarismo clássico, sustentado por uma ordem familiar patriarcal e por ideais de disciplina, cede lugar a um tipo de subjetividade autorreferida, cuja adesão à dominação ocorre não por obediência explícita, mas por identificação imaginária com o poder. O narcisista não se submete a uma autoridade exterior, mas internaliza a lógica de dominação como parte de sua autoimagem. Sua busca incessante por reconhecimento o torna dependente da aprovação social, reproduzindo, sob a aparência de autonomia, a mesma estrutura de submissão que caracterizava o tipo autoritário.

Nas Observações sobre a personalidade autoritária (Costa, 2021), Adorno já antevia essa transformação. Ele argumenta que a adesão a ideologias preconceituosas não provém da irracionalidade individual, mas da forma de socialização imposta pelo capitalismo administrado. O preconceito e a agressão são sintomas de uma subjetividade adaptada, em que a contradição entre indivíduo e sociedade é recalculada. A fragilidade do eu decorre da introjeção de exigências sociais contraditórias: o sujeito deve afirmar-se como autônomo, mas apenas dentro dos limites da conformidade. Essa duplicidade cria o terreno para o narcisismo, forma psíquica na qual a ilusão de independência encobre a heteronomia.

A regressão psíquica observada por Adorno (2015) expressa-se, assim, na substituição das neuroses clássicas por distúrbios narcísicos. O indivíduo, antes dividido entre instâncias de consciência moral e impulsos reprimidos, torna-se um sujeito desinvestido de interioridade, orientado pela performance e pela adaptação. O supereu, antes internalizado, é projetado nas figuras públicas e celebridades, que passam a desempenhar o papel de consciência moral extrojetada. O medo de exclusão social, internalizado como sanção econômica e moral, substitui o conflito ético. O resultado é uma consciência administrada, incapaz de reflexão crítica e propensa à identificação imediata com o sucesso e o poder.

A personalidade narcísica, portanto, não representa a superação do autoritarismo, mas sua metamorfose sob condições históricas distintas. Enquanto o tipo autoritário tradicional buscava segurança na submissão a normas rígidas, o tipo narcísico busca reconhecimento na exposição de si e na adesão às imagens de poder. Ambos são produtos da estrutura social, mas expressam momentos diferentes do processo de alienação. No primeiro, a autoridade ainda se apresentava como figura externa; no segundo, ela se internaliza como ideal do eu. Em ambos, a autonomia é substituída pela adaptação, e a individuação cede lugar à padronização subjetiva.

Sociedade administrada, regressão individual e cultura narcísica

Na obra *Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno (1985) demonstram que o projeto de emancipação racional da humanidade culminou em seu contrário: a dominação técnica da natureza estendeu-se à própria subjetividade. Ao pretender libertar os homens do mito, o esclarecimento converte-se em instrumento de dominação, e o sujeito que deveria ser autônomo torna-se mero executor de uma racionalidade exterior. A razão, degradada em cálculo de utilidade, passa a servir à autoconservação sob o império da técnica e da mercadoria.

Nesse contexto, o indivíduo perde progressivamente a capacidade de reflexão crítica. O eu, que outrora se formava em oposição ao coletivo, é agora absorvido pela lógica da administração total. Adorno (2015) observa que a adaptação social se torna uma exigência interna, uma coerção psíquica — o sujeito sente-se culpado quando não se ajusta às normas de eficiência e sucesso. Essa culpa, diferente da neurose clássica, não tem origem em um conflito moral, mas na incapacidade de corresponder aos ideais impostos. O supereu, antes figura da interdição, transforma-se em exigência de desempenho. O resultado é a substituição da consciência ética por uma consciência funcional.

A regressão individual manifesta-se, portanto, como perda da experiência interior. O homem passa a viver em permanente estado de alerta e comparação, incapaz de mediar afetos ou elaborar frustrações. A cultura de massa contribui decisivamente para esse processo, ao uniformizar a sensibilidade e eliminar o espaço da imaginação. O consumo de imagens, sons e opiniões pré-fabricadas impede o contato com a negatividade da experiência, isto é, com aquilo que resiste à forma social dominante. A promessa de prazer se converte em repetição estéril, e a individualidade reduz-se à função de consumo.

O narcisismo surge, nesse cenário, como forma subjetiva correspondente à sociedade administrada. O indivíduo narcísico não é simplesmente vaidoso ou autocentrado; ele encarna a incapacidade de diferenciar o eu do social. Sua identidade depende do olhar do outro, da aprovação pública e da visibilidade constante. Trata-se de um eu esvaziado, cuja autoestima flutua conforme o reconhecimento exterior. O prazer não se liga à realização de desejos, mas à manutenção de uma imagem idealizada de si. Essa imagem, entretanto, é socialmente produzida e mantida pelas próprias forças que o sujeitam. Assim, o narcisismo é menos um traço psicológico do que uma forma de alienação socialmente necessária.

A autoconservação, que outrora impulsionava o desenvolvimento da razão, transforma-se em seu oposto: em busca de autopreservar-se, o indivíduo dissolve-se nas exigências do sistema. O medo de ser excluído ou invisível o conduz a uma conformidade total, na qual a diferença subjetiva é vivida como ameaça. A regressão psíquica corresponde, portanto, à regressão moral e política. A personalidade narcísica, produto desse processo, já não precisa de líderes carismáticos ou doutrinas autoritárias para se submeter; ela própria se organiza como microestrutura de poder, reproduzindo na esfera íntima a lógica da dominação.

A cultura contemporânea fornece o espelho desse narcisismo generalizado. Redes sociais, publicidade e entretenimento funcionam como dispositivos de legitimação simbólica. A exposição contínua de si, sob a forma de imagens e performances, substitui a experiência compartilhada. O sujeito não busca compreender o mundo, mas ser visto nele. Adorno (2019) já reconhecia neste elemento uma nova variante do fetichismo: o valor do indivíduo é medido pela capacidade de tornar-se imagem. A dialética entre autonomia e heteronomia se dissolve; resta apenas o reflexo de um eu socialmente produzido, que se reconhece no olhar administrado dos outros.

Ideologia e capitalismo tardio

No capitalismo tardio, a racionalização dos meios de produção e a má formação da personalidade afastam os indivíduos da autonomia e da experiência genuína. O desenvolvimento psíquico, outrora marcado por conflitos morais formadores, é substituído por “critérios de normalidade científica heterodirigidos” (Cochík, 1990, p. 153). A racionalidade técnica reduz tudo ao idêntico, convertendo a realidade em objetos manipuláveis e separando o sujeito de sua própria identidade.

O indivíduo narcísico, validado por ciências imersas nessa mesma racionalidade técnica, consolida-se como “o próprio não-eu”, buscando no ideal de homem difundido pela Pedagogia e Psicologia um modelo externo para sua autoafirmação (Cochík, 1990, p. 153). Com a invasão da Indústria Cultural nos espaços digitais, a individualidade recua, e o sujeito passa a adotar padrões massificados como referência para seu autorreconhecimento.

Para Adorno (2015), o psicologismo, que toma o indivíduo como ponto de partida incondicional, é ideológico, pois naturaliza a socialização individualista. Os indivíduos não percebem que a sociedade é tanto sua substância quanto seu oposto. Ao psicologizar processos sociais, humaniza-se o reificado, e o momento pulsional é absorvido pela lógica do

lucro. O que o sujeito toma como sua essência autêntica é, na verdade, medido por necessidades socialmente alienadas, tornando-se mera ilusão. A racionalidade autoconservadora transforma-se em irracionalidade individual, e a impossibilidade de realizar projetos racionais leva a um apelo desesperado a outras forças (Adorno, 2015).

Segundo Crochík (2011), o narcisismo é marcado por uma dupla irracionalidade: a negação da cultura como mediação para a vida, impedindo o investimento libidinal em objetos externos; e a negação da possibilidade de transformar uma realidade sofrida. A coletividade, antes espaço de liberdade, é vivida como ameaça, e o sacrifício individual passa a servir a satisfações narcísicas ou à mera sobrevivência.

O indivíduo é marcado pela impossibilidade de se apropriar da cultura e perceber que é possível uma superação da realidade criada pelos próprios homens. A racionalidade corresponde a uma necessidade de autoconservação contra uma realidade hostil:

O fato de o indivíduo desenvolver a racionalidade devido à necessidade de autoconservação é marca de uma cultura que o abandona, fazendo-o ter de se desenvolver para garantir a sua vida; dentro desse processo, a má consciência se justifica por uma necessidade racional (Crochík, 2011, p. 183).

Na sociedade administrada, a capacidade de decisão dos sujeitos é drasticamente reduzida. Suas escolhas são predelineadas, e a racionalidade do eu limita-se a passos ínfimos (Adorno, 2015). Esse controle só é possível porque há, nas massas, algo que corresponde a apelos irracionais, como mensagens de sacrifício e vida perigosa (Adorno, 2015). A ideologia do capitalismo monopolista já não se dissimula: tornou-se “mentira manifesta” (Crochík, 2008, p. 302), e os indivíduos frequentemente agem contra seus próprios interesses materiais.

A adaptação a relações sociais reificadas enrijece o próprio sujeito. Quanto mais se adequa à realidade, mais se transforma em coisa, e seu “realismo” destrutivo ameaça sua própria vida:

O mecanismo de adaptação às relações enrijecidas é ao mesmo tempo de enrijecimento do sujeito em si: quanto mais adequado à realidade, tanto mais se transforma ele próprio em coisa, tanto menos vive, tanto mais insano é todo seu “realismo”, que destrói tudo em defesa de que a razão auto-preservadora fora colocada em jogo, ameaçando rigorosamente até a vida nua (Adorno, 2015, p. 94).

No processo social marcado pelo capitalismo de monopólios, a pulsão é colocada no lugar de “doença” e a sociedade avança sobre o âmbito psicológico de tal forma que atua como censura e supereu (Adorno, 2015). Sem possibilidade de sublimação pelo trabalho ou pela arte, o indivíduo volta sua libido para si mesmo, em um movimento de autoconservação que caracteriza o narcisismo (Crochík, 2011).

Nesse contexto, a autoconservação só é alcançada pela regressão do eu (Adorno, 2015). A racionalidade individual, fundada no pânico, reproduz o medo que deveria superar, tornando-se irracional. O freio ao narcisismo, o amor a um objeto externo, é substituído pela necessidade de ser amado, o que leva o indivíduo a buscar confirmação contínua de sua onipotência, impossibilitando a autocritica (Crochík, 2011).

O indivíduo surge em contraposição à sociedade, mas isso não quer dizer que não mantenha relação com essa. Assim, a soma das forças externas se torna tão forte que os indivíduos acabam voltando sua libido para seu próprio eu. Crochík (2011) destaca que não é somente a gratificação imediata realizada pelos pais na infância que pode levar ao narcisismo, mas o sofrimento (a alienação) em relação ao mundo que torna quase impossível uma autoconservação sem ameaças, ou minimamente fornecer instrumentos para o indivíduo lidar com essas ameaças. Desta forma, “podemos dizer que o narcisismo pode ser provocado como patologia pela ação conjunta de fatores internos e externos; que ele consiste em voltar a libido para o ego, para as suas funções de autoconservação” (Crochík, 2011, p. 201).

Frente à força da sociedade sobre o indivíduo, “o poder social quase não precisa mais das agências mediadoras do eu e da individualidade” (Adorno, 2015, p. 124), uma vez que a dinâmica psicológica individual é substituída pela adaptação, ora consciente, ora regressiva, do indivíduo à sociedade (Adorno, 2015). Existe uma grande dificuldade de o indivíduo modificar as condições sociais. Diante disto, Adorno “[...] defendeu o fortalecimento do sujeito para esse resistir à violência direcionada contra ele, ou nele suscitada” (Crochík, 2008, p. 300). É por meio da formação dos sujeitos que esses podem se fortalecer e reconhecer as forças irracionais, tornando-se mais razoáveis frente às imposições sociais.

A dificuldade do indivíduo de modificar as condições sociais se dá, em grande parte, pelo que Adorno (2008) irá chamar de “mundo administrado”, que é a forma como o mundo se apresenta para a maior parte das pessoas. Assim, para o autor, existe uma dificuldade do indivíduo de se livrar desse modo de organização:

De qualquer forma, muito mais hoje em dia do que antes, o mundo apresenta-se, para a maioria das pessoas, como um “sistema” coberto por uma rede de organização totalmente abrangente, sem buracos onde o indivíduo possa “esconder-se” em face das exigências e testes constantes de uma sociedade governada por uma configuração hierárquica orientada para os negócios, a qual se aproxima muito do que chamamos de “verwaltete Welt”, um mundo administrado (Adorno, 2008, p. 176-177).

Os poucos momentos que o indivíduo conseguia se livrar das exigências do trabalho eram, justamente, seus momentos de lazer. Porém, deu-se a institucionalização desses momentos, por intermédio do controle social exercido pela Indústria Cultural. Logo, esse indivíduo tem seu tempo livre controlado à medida que essa indústria define como e o que ele deve fazer nesse tempo (Adorno, 2008). Nesse sentido, os indivíduos parecem agir de maneira irracional e contra seus próprios interesses. Para Adorno (2008, p. 29) “seria um engano, entretanto, dizer que tais fenômenos de massa são simplesmente ‘irracionais’, ou vê-los como completamente desconectados dos objetivos do ego individual e coletivo”. Para o autor, há elementos irracionais relacionados com o que ele chama de “pseudorracionalidade”.

Considerações finais

A análise de Adorno sobre a personalidade autoritária permanece decisiva para compreender as formas atuais de subjetivação. O deslocamento da obediência à autoridade para a identificação imaginária com o poder demonstra que o autoritarismo não desapareceu: apenas assumiu uma configuração psíquica diferente. A sociedade administrada substituiu a disciplina pela sedução, a coerção externa pela adesão interiorizada. O indivíduo contemporâneo, convencido de sua autonomia, reproduz involuntariamente os mecanismos de dominação que o formam.

O narcisismo, nesse contexto, não é apenas uma patologia clínica, mas o sintoma de uma época em que a individuação entrou em colapso. O eu, enfraquecido pelas exigências de desempenho e exposição, perde o contato com a experiência interior e com o sofrimento que poderia conduzir à reflexão. A ausência de interioridade é também ausência de negatividade: sem o confronto com o outro e com a dor, não há consciência crítica. O sujeito narcísico vive num presente contínuo, sem memória nem projeto, entregue à lógica do reconhecimento imediato.

A teoria crítica, ao articular psicanálise e sociologia, revela que essa regressão subjetiva é, em última instância, social. A destruição da capacidade de experiência não resulta de um defeito individual, mas de um modo de produção que transforma todos os aspectos da vida em mercadoria. O próprio eu é mercantilizado: sua imagem torna-se capital simbólico, sujeito às flutuações do mercado e à visibilidade pública. O narcisismo, portanto, é a forma subjetiva da reificação; nele, a alienação é vivida como satisfação.

A atualidade do pensamento adorniano consiste em ter reconhecido que a emancipação humana depende da preservação da negatividade, da capacidade de não se reconciliar com o existente. Pensar criticamente significa resistir à pressão da adaptação, manter viva a tensão entre indivíduo e sociedade, entre desejo e norma. Se a personalidade narcísica representa o triunfo da integração total, a crítica adorniana é o esforço para reabrir o espaço da diferença e da reflexão.

A superação do narcisismo não se dará por um retorno à autoridade, mas pela reconstrução das mediações simbólicas que permitem a formação de sujeitos autônomos. Isso exige uma educação para a experiência, no sentido adorniano do termo: uma formação capaz de restituir ao indivíduo a consciência de sua determinação social e, ao mesmo tempo, a possibilidade de transcendê-la (Adorno, 1971). Somente assim a individuação poderá tornar-se novamente um projeto de liberdade, e não de adaptação.

Referências

- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. Teoria de la seudocultura. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Sociologica**. Madrid: Taurus, 1971. p. 175-199.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **As estrelas descem à Terra**: A coluna de astrologia do Los Angeles Time. Um estudo sobre superstição secundária. Tradução: Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2008.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução: Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015. p. 71-135.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução: Virgínia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp, 2019.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Observações sobre ‘A Personalidade Autoritária’ de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 44, n. 2, p. 345–384, 2022. DOI: 10.1590/0101-3173.2021.v44n2.24.p345. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9878>. Acesso em: 27 out. 2025.

CROCHÍK, José Leon. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicologia USP**, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 141-154, 1990. DOI: 10.1590/S1678-51771990000200005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34428>. Acesso em: 10 maio. 2023.

CROCHÍK, José Leon. TW Adorno e a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 297-305, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/xGsxn8Lc4xZJnTHwFCtXHVF/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23 dez 2022.

CROCHÍK, José Leon. Apontamentos sobre o narcisismo da perspectiva da teoria crítica da sociedade. In: **Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios**. Araraquara – SP: Junqueira&Marin Editores, 2011.

CROCHÍK, José Leon; DE MARIA, Fábio; SOUZA, Luís César de; GILIOLI, Eduardo Borba. Personalidade autoritária e personalidade antidemocrática: distinções necessárias. **Constelaciones - Revista de Teoría Crítica**, [S. I.], n. 16, p. 397–419, 2024. Disponível em: <https://constelaciones-rtc.net/article/view/5542>. Acesso em: 27 oct. 2025.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Temas básicos da sociologia**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

MARCUSE, Hebert. **Eros e civilização**. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud, 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Sobre os/as autores/as

Ivan Duarte Brochado

Psicólogo pela Universidade Federal de Goiás (2013) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Jataí (2024). E-mail: ivanduartegeyn@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7002-2059>.

Cristiane Souza Borzuk

Psicóloga pela PUC-GO (1995), mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (2000) e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP (2014). É professora adjunta na Universidade Federal de Jataí. E-mail: cristianeborzuk@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4477-123X>.

Nivaldo Alexandre de Freitas

Psicólogo pela USP (2002); Mestre (2006) e Doutor (2013) em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Professor adjunto da Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: nivafreitas@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9900-4041>.

Recebido em: 08/11/2025

Aceito para publicação em: 28/11/2025